

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.346 - SE (2019/0208064-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA**  
**ADVOGADOS : LAURA CRISTINA MACHADO FIGUEIREDO - SE002985**  
**FERNANDA SANTANA MOISÉS - SE005087**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fls. 596/597):

RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA. LEI Nº. 8.213/91. DOENÇA DO TRABALHO. CULPA DA EMPRESA NÃO CONFIGURADA. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Apelação de sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando a empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda a ressarcir o INSS no pagamento de todos os gastos relativos à concessão do benefício previdenciário que o INSS pagou à segurada Ivana Barbosa de Oliveira Alves até a data da liquidação do julgado, com incidência de juros e correção monetária nos moldes do Manual de Cálculos da Justiça Federal, a partir da citação.

2. Apela a Cencodud Brasil Comercial Ltda (ID. 4058500.345154) alegando que a inconstitucionalidade da ação regressiva previdenciária, uma vez que configuraria já *bis in idem* que a empresa efetua o pagamento do SAT. Alega também que não há provas de culpa ou negligência por parte do empregador.

3. O art. 120 da Lei nº. 8.213/91 estabelece de forma clara que a ação regressiva só terá sucesso se restar comprovado que os responsáveis incorreram em conduta culposa, deixando de observar as normas de segurança e higiene do trabalho. Este Tribunal vem entendendo que a responsabilidade da empresa na ação regressiva só surge se ficar constatado a existência de dolo ou culpa gravíssima, a fim de evitar o *bis in idem*, posto que as empresas já são obrigadas a recolher o SAT (Segunda Turma, AC562016/CE, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, DJE: 06/02/2014).

4. O laudo pericial (ID. 4058500.245768), concluiu que a segurada é portadora de tendinite e tendinose. Extrai-se também informações acerca das condições de trabalho as quais era submetida, esclarecendo o laudo que a requerente trabalhava como caixa de supermercado, e que durante o período em que trabalhava não havia esteiras suficientes para todos os funcionários e que os movimentos repetitivos estão diretamente ligados a doença da segurada, estando atualmente incapacitada para o exercício de atividades cotidianas. O fato de a doença ser decorrente de prestação laboral não é suficiente, por si só, para concluir que houve culpa gravíssima ou dolo por parte do empregador.

5. Considerando que as empresas são obrigadas a recolher contribuição segundo o grau de risco das atividades desenvolvidas pelos respectivos funcionários (SAT) e que o valor daquelas majoram conforme o número e a gravidade dos custos dos acidentes ocorridos no último biênio FAP, é descabida a pretensão do INSS de reaver os valores pagos à vítima ou a sua família, decorrentes de acidente do trabalho, por configurar injustificável “bis in idem”. Responsabilidade que somente surgiria na hipótese de dolo ou

culpa gravíssima de empregador, o que não se verifica no caso.

6. Apelação provida.

Os embargos de declaração foram acolhidos, para fixar honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 em desfavor do INSS. (e-STJ fls. 640/643).

No especial obstaculizado, o recorrente apontou violação do art. 120 da Lei 8.213/1991 e do art. 22 da Lei 8.212/1991, sustentando a possibilidade do manejo de ações regressivas acidentárias contra as empresas responsáveis, nas hipóteses de concessão de benefícios acidentários em que houve negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para proteção individual e coletiva.

Alegou que "eventual pagamento de seguro de acidente do trabalho – SAT pela ré não elide sua responsabilização pelo acidente que vitimou o trabalhador", não se caracterizando o *bis in idem* (e-STJ fl. 615).

Após apresentação de contrarrazões às e-STJ fls. 624/634, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que não pretende o reexame de provas, mas apenas a aplicação da norma de regência.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

É remansosa a jurisprudência desta Corte no sentido de que a Contribuição para o SAT não exime o empregador da sua responsabilização por culpa em acidente de trabalho, nos termos do art. 120 da Lei 8.213/1991.

Ilustrativamente:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA MOVIDA PELO INSS EM FACE DE EMPRESA RESPONSÁVEL POR ACIDENTE DE TRABALHO. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DOS ARTS. 22 DA LEI 8.212/91 E 120 DA LEI 8.213/91. A CONTRIBUIÇÃO AO SAT NÃO ELIDE A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA. AGRAVO INTERNO DA OI S/A A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que o recolhimento do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT não impede a cobrança pelo INSS, por intermédio de ação regressiva, dos benefícios pagos ao segurado nos casos de acidente do trabalho decorrentes de culpa da empresa por inobservância

das normas de segurança e higiene do trabalho.

2. Precedentes: AgRg no REsp. 1.543.883/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13.11.2015; AgRg no REsp. 1.458.315/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 1.9.2014; AgRg no AREsp. 294.560/PR, Rel. Min.

HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2014 e EDcl no AgRg nos EDcl no REsp. 973.379/RS, Rel. Min. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, DJe 14.6.2013.

3. Agravo Interno da OI S/A a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.353.087/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 31/10/2017).

No presente caso, o *decisum* questionado, com suporte no material probatório colacionado, concluiu que não restou comprovada negligência e culpa da empregadora, quanto ao acidente sofrido por seu empregado, sendo incabível a presente ação regressiva, *in verbis* (e-STJ fl. 581):

Considerando que as empresas são obrigadas a recolher contribuição segundo o grau de risco das atividades desenvolvidas pelos respectivos funcionários (SAT) e que o valor daquelas majoram conforme o número e a gravidade dos custos dos acidentes ocorridos no último biênio FAP, é descabida a pretensão do INSS de reaver os valores pagos à vítima ou a sua família, decorrentes de acidente do trabalho, por configurar injustificável "bis in idem". Responsabilidade que somente surgiria na hipótese de dolo ou culpa gravíssima de empregador, o que não se verifica no caso.

A alteração desse específico ponto do julgado, considerando, em especial, o pedido de reconhecimento de culpa da empresa pelo não cumprimento de normas legais, demandaria o reexame fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial em virtude do que dispões a Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM O FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. REVISÃO DA CULPABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1. Aplica-se a Súmula 283/STF, quando o recurso especial não impugna fundamento suficiente, por si só, para manter o acórdão recorrido.

**2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que restou caracterizada a responsabilidade do empregador, consideradas as peculiaridades do caso concreto, exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice da**

**Súmula 7 desta Corte.**

3. Agravos regimentais a que nega provimento. (AgRg no AREsp 597.276/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 04/03/2015). (Grifos acrescidos).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA DO ART. 120 DA LEI 8.213/1991. LEGITIMIDADE ATIVA DO INSS. INDENIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SAT. IMPOSSIBILIDADE. CULPABILIDADE E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. O INSS tem legitimidade para pleitear o ressarcimento previsto no art. 120 da Lei 8.213/1991.
2. É assente nesta Corte Superior que a contribuição ao SAT não exime o empregador da sua responsabilização por culpa em acidente de trabalho, conforme art. 120 da Lei 8.213/1991. Nesse sentido: REsp 506.881/SC, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca; Quinta Turma, DJ 17.11.2003; e EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 973.379/RS, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora Convocada do TJ/PE), Sexta Turma, DJe 14.06.2013.
3. O acórdão recorrido entendeu haver negligência do ora agravante, pois contribuiu para o acidente de trabalho, de forma que tal fato para ser infirmado exige o revolvimento fático-probatório vedado pela Súmula 7/STJ. (...)
5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 294.560/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 22/4/2014).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC de 2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita, exceto em ações acidentárias, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/1991.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Determino a majoração dos honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor fixado na origem, nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator